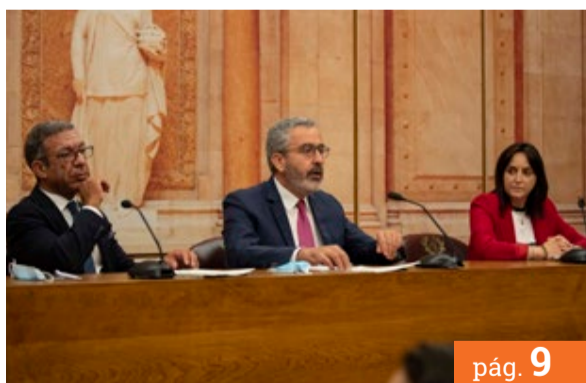


“CREDIBILIZAR E ENOBRECEER” A CASA DA DEMOCRACIA



Para “despartidarizar” as Comissões Parlamentares de Inquérito, Rui Rio defende a inclusão de personalidades da sociedade civil, com o estatuto de colaborador, nas Comissões. O Presidente do PSD propõe ainda a criação do Conselho de Transparência e Estatuto dos Deputados, e que teria igualmente a participação obrigatória de não-deputados. Rui Rio avançou com um conjunto de medidas de “dignificação do trabalho em comissão e no plenário” da Assembleia da República



pág. 9

PSD

PSD APRESENTA 15 PROPOSTAS PARA “REFORÇAR O APOIO ÀS FAMÍLIAS E ÀS EMPRESAS”

O grupo parlamentar apresentou, dia 24, quinze propostas distribuídas por três blocos – reforço do apoio às famílias, empresas e uma maior justiça e transparência nacional – de alteração na especialidade ao Orçamento Suplementar



pág. 12

LOCAIS

PSD DE CASTELO BRANCO PREOCUPADO COM “CONSTANTES ANOMALIAS” NA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ

Na sequência de mais um incidente na central nuclear de Almaraz, a distrital do PSD de Castelo Branco manifestou preocupação pelas “constantes anomalias” verificadas naquela central nuclear espanhola



pág. 14

REGIONAIS

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE MAIS FUNDOS EUROPEUS PARA A ECONOMIA PRIVADA

O Presidente do PSD/Açores defende que as empresas privadas devem ter acesso a mais fundos europeus, alegando “não ser razoável” que as entidades públicas absorvam cerca de 70% das verbas do atual quadro comunitário



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

TURBULÊNCIA

Uma das imagens que retemos desta crise pandémica é a dos aviões parquoados nas plataformas de estacionamento dos aeroportos. Num espaço global de mais de 3 mil milhões de pessoas confinadas e de fronteiras fechadas, as infraestruturas aeroportuárias ficaram vazias de passageiros, sem descolagens, nem aterragens. Esta paragem forçada das frotas terá um forte impacto na tesouraria das companhias e, até chegar uma vacina, serão os estados a restaurar a confiança e a salvar as companhias aéreas.

O novo coronavírus arrasou o setor da aviação. A Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), que representa 290 companhias, estima perdas na ordem dos 74 mil milhões de euros, no exercício de 2020, e mais de 13 mil milhões de euros, em 2021, para as transportadoras aéreas. Uma devastação que atinge também a companhia aérea portuguesa que, só no primeiro trimestre do ano, ou seja, um período que abrange apenas 15 dias de pandemia, registou 395 milhões de euros de prejuízos. No período homólogo, em 2019, a TAP tivera um resultado líquido negativo de 106,6 milhões de euros, perdas que confirmam que a empresa já estava doente e atravessava sérias dificuldades antes da covid-19. A dívida total da empresa ascende a 3,3 mil milhões de euros.

Com 10 mil trabalhadores e um contributo para a riqueza nacional na ordem dos 2% do PIB – a empresa paga 300 milhões de euros em contribuições e impostos – a TAP é uma empresa imprescindível para Portugal.

Mas não podemos aceitar que o Estado se limite a passar um cheque em branco à empresa. Nas últimas semanas, foi anunciado o apoio do Estado português à companhia, aprovado pela Comissão Europeia. Mas infelizmente, teme-se que os 1,2 mil milhões de euros, nem tenham retorno, nem sejam suficientes para salvar a TAP.

Não podemos consentir que a TAP se torne noutra buraco financeiro, com o ónus para os contribuintes que, cansados do desastre do resgate de instituições bancárias, teriam de responder, outra vez, pela má gestão de uma empresa que, ao longo de sete décadas, viveu múltiplas contrariedades e uma única certeza. Foi sempre o Estado que arcou com os prejuízos.

Não podemos admitir a reconfiguração da participação do Estado na companhia, sem um plano de negócios que garanta a sustentabilidade da empresa. O plano de rotas inicialmente proposto, concentrando praticamente todos os voos em Lisboa, com apenas três rotas a partir do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, constituiu erro clamoroso, uma provocação regional e uma ameaça à coesão territorial. A viabilização da TAP deverá assentar necessariamente no interesse nacional, afastando a tentação centralista que já tantas outras vezes privilegiou a capital, em detrimento da região Norte, do Algarve e das autonomias regionais dos Açores e da Madeira.

Qualquer que venha a ser o novo modelo de governança da companhia, é preciso que tenhamos a noção de que tão cedo a empresa não vai transportar os 17 milhões de passageiros que voaram na companhia em 2019, 4 milhões dos quais eram turistas.

Serão necessários uma estratégia e um plano de negócios. A TAP é a única companhia na União Europeia que não recebeu ainda apoio do Estado, pelos danos provocados pela pandemia, situação que dura há quase três meses, e está obrigada a reestruturar-se.

Face ao cenário da nacionalização, e como demonstra a trágica gestão da SATA, também esta um sorvedouro de dinheiros públicos, o Estado já deu provas de que é incapaz de gerir companhias aéreas. Estamos a falar de um setor muito competitivo e muito volátil, como provam as circunstâncias. Não foi uma guerra, nem uma crise económica, nem tão pouco uma flutuação repentina da cotação das matérias-primas, mas uma pandemia que deixou o setor da aviação comercial de rastos e, no caso, expôs todas as debilidades estruturais da TAP.

Para já, apertem os cintos. Este voo vai ser longo, terá muita turbulência e implicará o escrutínio rigoroso dos impostos dos contribuintes. Mas os poços de ar de uma companhia não se tapam com rios de dinheiro. A companhia de bandeira não pode tornar-se na companhia da bandalheira. Com ou sem nacionalização. Com ou sem aumento de capital.

RUI RIO DISP MAS PEDE M RESPOSTA À



ONÍVEL PARA COOPERAR, MAIOR PLANEAMENTO NA PANDEMIA



Numa visita ao aterro do Sobrado, concelho de Valongo, na segunda-feira, Rui Rio comentou a evolução da pandemia de covid-19 em Portugal. Para o Presidente do PSD, “a pandemia não é mais perigosa agora do que era há três ou quatro meses” e, por isso, não vai mudar de atitude enquanto líder da oposição, ou seja, a função do PSD é “cooperar para ajudar a ultrapassar” o problema. “É dever de todos nós, a começar pelo PSD, enquanto partido da oposição, procurar cooperar e ajudar o País a ultrapassar isso. Isso não mudarei nunca. Outra coisa completamente diferente é alertar para um ou outro erro, uma ou outra insuficiência que vai acontecendo ao longo do processo no sentido de que este corra melhor”, disse.

Reconhecendo que em Lisboa e Vale do Tejo “as coisas correram mal”, Rui Rio defende que cabe ao Governo tomar decisões em função dos dados que dispõe no combate à pandemia. “O Primeiro-Ministro é que tem de avaliar isso. Aquilo que o Primeiro-Ministro precisa é que a vertente técnica, que não são propriamente os partidos, esteja capaz de propor soluções para o problema e depois, naturalmente, o Governo tem de tomar decisões em função desses dados. Se para tomar essas decisões precisar do apoio dos outros partidos no sentido de haver uma maior eficácia no combate, eu penso que o poderá fazer”, precisou.

No plano técnico, Rui Rio lamenta que Direção-Geral da Saúde não tenha “estado à altura do problema”, como aconteceu na utilização das máscaras, quando “em tempos disseram que não serviam para nada e agora são absolutamente indispensáveis”.

Sobre a situação da TAP, Rui Rio reafirma que “não vale a pena meter um euro na TAP se não houver um plano de negócios consistente para o futuro, senão significa que estamos a meter dinheiro agora e daqui por um ano estão a pedir mais e a TAP continua a ser um sorvedouro de dinheiros públicos brutal, como tem sido ao longo dos anos, antes da privatização, quando era totalmente pública, e agora que é a aquela coisa intermédia, metade pública e metade privada”. Por outro lado, assinala Rui Rio, se o Estado “mete lá dinheiro”, então o “Estado tem de tomar a responsabilidade pela gestão da empresa”.

A propósito desta visita ao aterro gerido pela empresa Recivalongo, Rui Rio diz que “o Governo tem a obrigação de encontrar soluções” para defender “a qualidade de vida das populações” que sofrem todos os dias as consequências ambientais da acumulação de resíduos no local.

Rui Rio, que ouviu os responsáveis da Associação Jornada Principal, defende que sejam criadas condições para receber os resíduos de amianto em “completa segurança”, e que constam de um projeto do Governo, e propõe respostas de atenuação na “deposição de resíduos biodegradáveis” no aterro. “Como principal partido da oposição, o PSD irá, no quadro do grupo parlamentar, pressionar para que problema se resolva, principalmente nestes aspetos de curto prazo”, referiu.

“CREDIBILIZAR E ENOBRECER” A CASA DA DEMOCRACIA



Para “despartidarizar” as Comissões Parlamentares de Inquérito, Rui Rio defende a inclusão de personalidades da sociedade civil, com o estatuto de colaborador, nas Comissões. O Presidente do PSD propõe ainda, no que toca ao Código de Conduta dos Deputados à Assembleia da República, a extinção da atual Comissão Parlamentar de Transparência e Estatuto dos Deputados, e a criação, em sua substituição, do Conselho de Transparência e Estatuto dos Deputados, e que teria igualmente a participação obrigatória de não-deputados. O objetivo é que as Comissões apurem “a verdade material” dos factos e não estejam centradas na defesa de interesses dos partidos.

Em conferência de imprensa, na terça-feira, 30 de junho, no Porto, o Presidente do PSD citou, no caso das Comissões de Inquérito, o exemplo positivo da Comissão de Inquérito ao BES. “Há uma que retemos na memória como um exemplo positivo das demais, é a Comissão do BES, que não estava politizada nem minimamente partidarizada”, referiu. Os membros das Comissões teriam todos os poderes atuais, à exceção do direito de votar.

Sobre o Código de Conduta dos Deputados à Assembleia da República, o PSD propõe a extinção da atual Comissão Parlamentar de Transparência e Estatuto dos Deputados, e a sua substituição pelo Conselho de Transparência e Estatuto dos Deputados, entidade que funcionaria junto da Assembleia da República. Na prática, este Conselho teria os mesmos poderes, diferindo apenas na sua composição, maioritariamente, por personalidades que não sejam deputados na atual e na anterior legislatura.

“São duas alterações muito fáceis, mas vitais para a credibilidade da Assembleia da República, na transparência e Estatuto de Deputados, e nas Comissões de Inquérito”, sintetizou. “Mais transparência e menos ‘partidarite’ é o objetivo destas medidas, escreveu o Presidente do PSD na sua conta no Twitter, logo após a apresentação destas propostas.

Rui Rio propõe a reorganização dos debates políticos em plenário, a começar pela reconfiguração dos debates quinzenais com o Primeiro-Ministro, passando obrigatoriamente a realizar-se em setembro, janeiro, março e maio, alinhados com a sessão legislativa. Além disso, o Primeiro-Ministro deve comparecer no Parlamento nos dois Conselhos

Europeus ordinários, no debate do Estado da Nação (em julho), no debate do Orçamento do Estado (em novembro) e, opcionalmente, nos quatro debates setoriais do Estado da Nação (que seriam em outubro, fevereiro, abril e em junho). “Todos os meses há um debate e há casos em que pode haver dois debates, ou só com o Primeiro-Ministro ou com a equipa ministerial”, acrescentou. Nos restantes meses, o líder do PSD propõe a realização de debates setoriais com a respetiva equipa governativa que poderão contar, ou não, com o Primeiro-Ministro.

Para dignificar o trabalho parlamentar, particularmente nos plenários, Rui Rio avança com “o redesenho da figura regimental das recomendações, da dignificação das audições regimentares, bem como de outras atualizações e precisões de redação que favoreçam o bom andamento dos trabalhos parlamentares”.

O exercício do direito de petição é também objeto de um projeto de lei do PSD, que deu entrada no Parlamento esta terça-feira. Para mais tarde, ficam as propostas de revisão da lei eleitoral, da lei dos partidos e da Constituição.

CEN PREPARA IMPLANTAÇÃO POR TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Na primeira reunião do Conselho Estratégico Nacional (CEN) pós-eleições legislativas e já com a nova composição, no sábado, em Coimbra, Rui Rio anunciou que o CEN irá agora dedicar-se ao “trabalho de terreno nos dois sentidos: na preparação das ideias e das propostas a nível setorial e na implantação do próprio CEN pelo próprio território”.

O Presidente do PSD diz que agora o objetivo é o CEN expandir-se, “para não ficar confinado a uma sala, (...) é para crescer mais”. Reconhecendo que “não é fácil” juntar 100 ou 200 pessoas numa sala por causa da condicionante da pandemia que estamos a viver, Rui Rio salienta que serão utilizadas todas as ferramentas disponíveis – videoconferência, telefone e meios digitais – “para alargar a implantação do CEN”.

Joaquim Sarmento preside ao CEN, que conta com 15 secções temáticas, cada uma dispõe de um Coordenador e dois vice-Coordenadores, um dos quais é deputado, para garantir a ligação ao grupo parlamentar.

O primeiro grande encontro do CEN, a 1.ª Convenção Nacional, decorreu nos 15 e 16 de fevereiro, no Europarque em Santa Maria da Feira. O CEN é o órgão de ligação entre o PSD e a sociedade civil e está a afirmar-se como um dos fóruns inéditos de reflexão à participação cívica em Portugal.

PSD deixa “provavelmente” passar Orçamento Suplementar na votação final por “uma questão de interesse nacional”

Comentando o Orçamento Suplementar para 2020, Rui Rio afirmou que, depois de o PSD ter-se absterido na votação na generalidade, “provavelmente” também deixará passar o documento “na votação final global por uma questão de interesse nacional”. “Era gravíssimo se, neste momento, o Orçamento Suplementar chumbasse e o País ficasse sem meios financeiros para responder aquilo que é necessário”, declarou.

Rui Rio considera que é “menos importante fazer algumas coisas diferentes” no Orçamento do que “castrar o país, que ficava sem meios financeiros”.

Sobre a evolução epidemiológica da covid-19, Rui Rio entende a Direção-Geral da Saúde, “está a responder devidamente” para conter a propagação da doença. É na região de Lisboa e Vale do Tejo que Rui Rio aponta algumas falhas. “Olhando aos resultados da ação governativa em Lisboa e Vale do Tejo nas últimas duas, três semanas, naturalmente, são dados objetivos que correu mal”, frisou.

Rui Rio observa como natural que existam críticas ao Governo “sob a forma ao retardador que foi a resposta pública à evolução da pandemia em Lisboa e Vale do Tejo”, quando já existia experiência a lidar com a pandemia.

PSD ESTÁ CONTRA ESCOLHA DE MÁRIO CENTENO PARA O BANCO DE PORTUGAL, MAS RECUSA LEI À MEDIDA

O PSD já comunicou formalmente ao Governo que discorda e desaconselha a escolha de Mário Centeno como próximo governador do Banco de Portugal (BdP).

Em conferência de imprensa, dia 25, na sede nacional, em Lisboa, Nuno Morais Sarmiento, vice-Presidente do PSD, afirmou que a escolha do ex-ministro das Finanças “não traz clareza nem reforça solidez do sistema, é uma escolha que não faríamos e com que não concordamos”. No entanto, Nuno Morais Sarmiento considera que o atual quadro legal permite ao Governo indicar o ex-ministro das Finanças para esse cargo e não apoiará uma lei que pretenda travar o atual processo. “É uma escolha que o Governo não deve fazer, mas que no quadro da lei pode fazer”, clarificou.

O PSD defende duas condições para a designação do governador do banco central português: que o período de incompatibilidade seja de dois anos e que só se aplique

para processos futuros. O vice-Presidente do PSD propõe a extensão deste período de “impedimento” aos “órgãos executivos da banca comercial e, nalguns casos, a consultores”.

De acordo com Nuno Morais Sarmiento, o PSD será ainda favorável à existência de um “parecer obrigatório do Parlamento, mas sem natureza vinculativa”, de forma a evitar a politização desta questão.

Nuno Morais Sarmiento concluiu que o PSD se opõe “à justiça legislativa revolucionária, que se traduz em leis ‘ad hominem’, como se pretende em iniciativas legislativas que se destinam a impedir a concreta escolha do professor Mário Centeno, que visam não mudar as regras a meio do jogo, mas no fim do jogo”.



MARIA DA GRAÇA CARVALHO ELEITA PRESIDENTE DO INSTITUTO FRANCISCO SÁ CARNEIRO



Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD, foi eleita, esta quarta-feira, presidente do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro, associação de reflexão política com forte ligação à social-democracia e ao fundador do PPD/PSD.

Uma eleição que a eurodeputada recebeu “com orgulho e responsabilidade, por poder suceder a um conjunto de figuras de referência da social-democracia” que já lideraram a instituição. Maria da Graça Carvalho fez questão de dedicar as primeiras palavras ao executivo cessante, liderado por Luís Alves Monteiro, ao qual agradeceu o esforço feito na reorganização da instituição.

“Graças a essa equipa, o Instituto ultrapassou as crónicas insuficiências de recursos financeiros com as quais se debatia, passando a dispor de melhores condições para cumprir as missões estatutariamente definidas. E estas são vastas e ambiciosas”, acrescentou. “O Instituto Sá Carneiro deve ser um produtor de ideias para Portugal, identificando problemas e propondo soluções. Deve assegurar-se de que essas propostas são publicadas e devidamente comunicadas. Deve, em permanência, preservar e divulgar o legado e memória da personalidade que lhe deu o nome. E deve ainda formar quadros políticos para o futuro do partido e do país, especialmente jovens”, referiu.

Já para o primeiro ano de mandato, revelou, “estão em preparação várias novidades, entre as quais “a criação do Prémio Francisco Sá Carneiro, para distinguir jovens investigadores na área da Ciência Política”, a criação de uma Bolsa de Empreendedorismo, em parceria com entidades do setor privado, e um conjunto importante de iniciativas relacionadas com a efeméride dos 40 anos da morte de Sá Carneiro”.

Alem disso, acrescentou, “será dada continuidade a um conjunto muito alargado de tradições do Instituto cujo sucesso está comprovado, desde a Universidade de Verão e iniciativas análogas a eventos abertos à sociedade civil em geral”.

Ainda sobre os seus planos para a instituição, a nova presidente disse pretender “dar-lhe uma grande componente internacional, mas também uma atenção redobrada às componentes local e regional”.

Maria da Graça Carvalho foi ministra da Ciência e Ensino Superior, no Governo liderado por José Manuel Durão Barroso, e Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, no executivo de Santana Lopes. É professora catedrática do Instituto Superior Técnico e tem 30 anos de experiência nas áreas da energia, alterações climáticas e política de ciência, tecnologia e inovação. Foi membro do Conselho de Diretivo e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior Técnico, além de ter sido membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Integrou a Comissão Política Nacional de Rui Rio e está presente no Conselho Estratégico Nacional do PSD, coordenando as áreas do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Cultura.

Em Bruxelas foi membro da unidade de mecanismo de aconselhamento científico da Direcção-Geral da Ciência e Inovação da Comissão Europeia e conselheira principal do presidente da Comissão, para as áreas da Ciência, Ensino Superior, Inovação, Energia, Meio Ambiente e Alterações Climáticas. Mais recentemente foi também conselheira principal do Comissário Europeu com o pelouro da Ciência Inovação, Carlos Moedas.

Nas últimas Eleições Europeias foi eleita pelo Partido Social Democrata, regressando ao Parlamento Europeu. Durante o seu anterior mandato enquanto eurodeputada (2009-2014), foi relatora do Programa Específico de Implementação do HORIZON 2020. Em 2011, recebeu o Prémio de melhor Eurodeputada na área da Ciência e Inovação.

Maria da Graça Carvalho recebeu o título de “Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública” pelo Presidente da República. É membro da Chancelaria das Ordens de Mérito da República Portuguesa.

O novo Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro, eleito para um mandato de três anos, contará com três vice-Presidentes: João Montenegro, Lina Lopes e Nuno Matias. São ainda membros do Conselho de Administração: Maria do Céu Patrão Neves, Francisco Sousa Soares, Joaquim Maria Biancard Cruz, Gonçalo Saluce de Sampaio e Custódio Vale de Gato. O novo Conselho de Administração foi eleito pelos membros do Conselho Geral do Instituto, que tem como presidente da Mesa Francisco Pinto Balsemão.

De acordo com os seus estatutos, o Instituto Francisco Sá Carneiro é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivos “a defesa e divulgação do ideal democrático e o estudo dos fenómenos culturais, sociais, económicos e políticos relativos a Portugal e à sua intervenção na comunidade internacional” e que organiza para o efeito grupos de estudo, conferências, seminários e ações de formação.

Joaquim Sarmento

ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DEVE-SE A “MÁS DECISÕES NO INVESTIMENTO”



Joaquim Sarmento, Presidente do Conselho Estratégico Nacional (CEN), teme que o Governo esteja “exclusivamente à espera do milagre europeu” para resolver todos os problemas da economia e que repita “erros do passado” no investimento público.

Na sexta conferência “online” do CEN sobre “Investimento público no pós-crise”, motivada pela pandemia de covid-19, esta segunda-feira, Joaquim Sarmento defendeu que “a estagnação económica dos últimos 20 anos se associa muito a más decisões de investimento”, considerando que neste período os fundos comunitários “não serviram para Portugal convergir com a União Europeia”. Um desses erros foi a construção exagerada de autoestradas, algumas “sem tráfego”, “sem perfil de autoestrada, com menos de 12 mil veículos por dia”.

“Preocupa-me que se esteja exclusivamente à espera do tal milagre europeu que vai resolver todos os problemas e que se voltem a cometer erros dos últimos 15/20 anos, ao invés de se olhar o investimento público em setores como a digitalização e energia e se volte a carregar novamente nas grandes obras públicas, que é sempre a grande tentação”, referiu o Coordenador do PSD para as Finanças Públicas.

Para o economista, que apontou como exemplo Portugal ser “o segundo ou terceiro país do mundo com melhor rede de autoestradas”, essa tentação tem “razões políticas, sociológicas”, mas também “menos simpáticas, de captura de interesses”.

Joaquim Sarmento alertou que, pelas últimas informações de que dispõe, o programa de recuperação europeia que se está a preparar poderá ser apenas para dois anos, o que considera ser prejudicial aos interesses nacionais. “O meu receio é que um programa de curta duração, sem participação nacional, e com o aligeirar das regras de contratação pública repita e agrave os erros que temos cometido nos últimos 15/20 anos”, alertou.

Joaquim Sarmento sublinhou que se a participação europeia vier 100% a fundo perdido, sem necessidade de uma parte de esforço nacional, “o risco moral é bastante elevado” e há mais probabilidades de o País escolher novamente “maus projetos”. “O nosso histórico de aproveitamento de fundos comunitários nos últimos 15/20 anos não é propriamente brilhante”, sintetizou.

Joaquim Sarmento avisou que se está a procurar “reduzir os níveis de exigência na contratação pública”, para mais facilmente aceder às verbas europeias, o que diz ter comprovados efeitos nos desvios financeiros nas obras públicas, mas salientou que o parlamento ainda terá uma palavra a dizer, uma vez que vai ter “de votar estas alterações”.

Como aposta estratégica para o investimento público, Joaquim Sarmento apontou a ferrovia, centrada em dois corredores que liguem, por um lado, a zona exportadora de Aveiro e Braga a Espanha, e outro que sirva a zona de Lisboa, Setúbal e Sines. “Senão, daqui a 10 anos corremos o risco de Portugal ser uma espécie de ilha sem qualquer ligação ferroviária, sobretudo de mercadorias”, disse, antecipando uma futura conferência do CEN exclusivamente sobre este tema.

O défice de infraestruturas ferroviárias e portuárias foi igualmente apontado por outro dos oradores na conferência, o professor do ISEG João Jalles, que defendeu que “mais importante do que receber muito ou pouco dinheiro de Bruxelas” será a qualidade do investimento público. “O investimento, seja público ou privado, é a componente mais importante para aumentar a capacidade produtiva da nossa economia”, disse.

Fernando Alexandre, ex-secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna entre 2013 e 2015 e professor da Universidade do Minho, deixou o alerta de que a próxima década “vai ser decisiva para Portugal”, que em 2030 terá uma população muito envelhecida e completará 40 anos da receção de fundos de coesão fruto da integração europeia. “Se não corrigirmos os desequilíbrios em quatro décadas, os fundos de coesão passam a ser quase uma esmola, não queria usar esta palavra, mas é quase isso”, afirmou.

Bruno Coimbra, deputado do PSD, moderou a conferência. Na próxima segunda-feira, 6 de julho, decorrerá a sétima conferência, sobre “O papel do poder local na recuperação pós-covid 19”, com Salvador Malheiro (Presidente da Câmara de Ovar), Hélder Sousa Silva (Presidente da Câmara de Mafra e Presidente dos ASD) e Mariana Machado Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Vizela). Isaura Morais, deputada e vice-Presidente do PSD, fará a moderação do encontro.

PSD APRESENTA 15 PROPOSTAS PARA “REFORÇAR O APOIO ÀS FAMÍLIAS E ÀS EMPRESAS”



O grupo parlamentar do PSD apresentou, dia 24, quinze propostas distribuídas por três blocos – reforço do apoio às famílias, empresas e uma maior justiça e transparência nacional – de alteração na especialidade ao Orçamento Suplementar para 2020. Na exposição dos motivos, o PSD concretiza que estas medidas não irão “desvirtuar a proposta de alteração orçamental apresentada pelo Governo”.

Para as famílias, o PSD defende a prorrogação do prazo para resgatar Planos de Poupança Reforma (PPR) sem penalização fiscal até ao final do ano, o alargamento do apoio dos serviços de apoio domiciliário, a criação de um regime excepcional para as bolsas de estudo no próximo ano letivo e a extensão do regime de “lay-off” aos sócios gerentes das

micro empresas, na sequência do veto do Presidente da República ao decreto da Assembleia da República.

No apoio às empresas, os deputados social-democratas propõem a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais por um período de 12 anos e um regime que evite a penalização dos proprietários de alojamento local que pretendam mudar os seus imóveis para arrendamento de longa duração. Neste capítulo, o PSD defende ainda o pagamento a 30 dias para toda a Administração Pública.

Em matéria de justiça social, Duarte Pacheco, deputado do PSD, explicou que umas medidas é a “majoração extraordinária do período de férias dos trabalhadores do SNS envol-

vidos no combate à doença covid-19”. Na prática, referiu Duarte Pacheco, os profissionais do SNS teriam mais um dia de férias por cada 80 horas de trabalho suplementar e um prémio extraordinário de desempenho que pode ir até 50% de um salário. “Seria um prémio para todos os profissionais de saúde que estiveram envolvidos, todos – médicos, assistentes operacionais, enfermeiros, auxiliares – porque não há aqui primeiros nem segundos, todos foram indispensáveis para que o SNS respondesse de forma digna. O prémio não pode ser só virtual, tem de ser real”, justificou o coordenador do PSD na Comissão de Orçamento e Finanças, em conferência de imprensa no Parlamento. Recorde-se que o reconhecimento dos trabalhadores do SNS, através desta medida, já havia sido avançada pelos deputados do PSD, no dia 13 de maio, através de um projeto de resolução.

Ainda no capítulo do “reforço da justiça e transparência nacional”, o PSD defende a exigência de que o Governo envie previamente ao parlamento informação “fundamentando qualquer injeção de capital da TAP”, uma moratória no pagamento do empréstimo da República à Região Autónoma da Madeira e o acompanhamento “da publicação, pelo Governo, da execução do plano de intervenção para a requalificação e construção de residências de estudantes”.

“Estas propostas do PSD pretendem contribuir para ajudar o país, as empresas e os portugueses e defender a economia e as pessoas nesta fase difícil em que vivemos”, sintetizou Afonso Oliveira, vice-Presidente do grupo parlamentar. O deputado lamenta que “o próprio Governo acredite muito pouco que as medidas propostas sejam suficientes para alcançar as metas propostas”, já que assumiu que o défice público “pode ser ultrapassado e que a recessão económica “pode ser pior que a apresentada”.

PSD APRESENTA PROPOSTAS PARA “RESTAURAR A CONFIANÇA” EM PORTUGAL COMO DESTINO TURÍSTICO SEGURO

Perante a “deterioração da situação epidemiológica” e a degradação da perceção internacional sobre “a segurança sanitária do País”, que está a afetar sobretudo o setor do turismo, o grupo parlamentar acaba de apresentar duas propostas ao Governo. São medidas que pretendem “recuperar a confiança” e “restaurar a reputação internacional de Portugal”, constatando que “têm-se revelado totalmente infrutíferas as diligências levadas a cabo pelo Governo, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de sensibilizar as instituições internacionais, bem como muitos países europeus, para a justeza das pretensões nacionais”, sobre a situação da epidemia no nosso País.

Num projeto de resolução entregue no Parlamento, dia 30 de junho, os deputados do PSD defendem, nomeadamente, que os passageiros que desembarquem em Portugal se façam acompanhar, à chegada, nos aeroportos, de um “certificado com resultado de teste negativo à covid-19 realizado nas últimas 48 horas, na origem, sendo que, o Estado reembolsa o valor despendido pela realização do mesmo”.

Além disso, o PSD propõe a “realização de testes de diagnóstico à entrada, nos aeroportos nacionais ou em terminais de cruzeiros para passageiros que, por impossibilidade de realização dos mesmos no seu país de origem, não disponham do comprovativo exigido”.

O PSD considera que foi criado para as empresas de turismo o selo “Clean & Safe”, razão pela qual concordam com a harmonização de procedimentos, “adotando, desse modo, as

regras vigentes nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, os quais são compatíveis com as melhores regras de proteção da saúde pública, contenção da pandemia e recuperação da atividade económica”.

“Importa prosseguir medidas para controlar riscos de transmissão da covid-19. Se tal é um imperativo nos procedimentos de controlo interno, por maioria de razão, exigem-se medidas de contenção na frente externa, designadamente nas fronteiras aéreas e marítimas. Por outro lado, para que seja possível a retoma turística internacional, é condição necessária o reconhecimento de um destino seguro, que adota práticas seguras e que eleva a segurança sanitária”, referem os deputados.

O PSD lamenta que o Governo tenha dado “respostas evasivas” às questões formuladas a “vários ministros a respeito da obrigatoriedade de demonstração de realização de teste negativo à covid-19 para efeitos de entrada em território nacional por via aérea”.

Os deputados alertam que se tem “somado os anúncios, provindos de países que conosco partilham o espaço europeu, da imposição de restrições mais severas para passageiros provenientes de Portugal ou, até, a não permissão de restabelecimento de voos comerciais de aeroportos nacionais. Por força disso, Portugal está cada vez mais isolado no panorama internacional, sendo sujeito a um género de cerca sanitária”, referem.

DÍVIDAS DO GOVERNO AOS BOMBEIROS PODEM FAZER PERIGAR A CAPACIDADE OPERACIONAL DAS CORPORAÇÕES

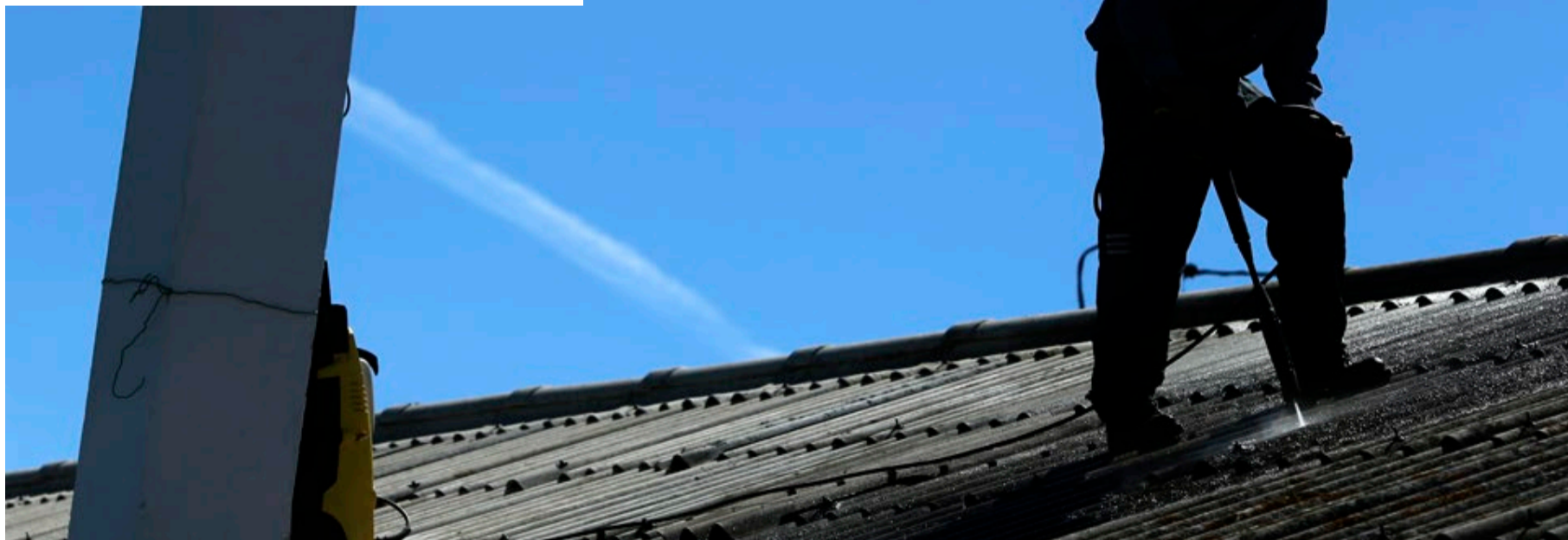
José Cancela Moura colocou em evidência a “aberrante inversão de valores e prioridades” do governo. Na Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, o deputado afirmou que para propaganda, a pretexto de publicidade institucional, o governo deu 15 milhões. “Para salvar uma reversão mal feita, 1200 milhões. Para emendar a mão em outro negócio mal-amanhado, o Novo Banco, 850 milhões. Para o ‘lay-off’ de gerentes de micro e pequenas empresas, zero. Para premiar o desempenho dos profissionais de saúde, zero. Para os bombeiros, zero”, afirmou.

De acordo com Cancela Moura, o Governo diz que criou um pacote de medidas de apoio excecional aos Bombeiros, mas afinal não deu rigorosamente nada às associações humanitárias. “O Governo diz que criou uma linha de financiamento, mas afinal ou antecipa ou empresta duodécimos. O Governo anda a fazer de conta que faz, ou faz de conta que apoia os bombeiros”, denunciou.

Com estas associações humanitárias a registarem quebras de receita muito elevadas, o deputado do PSD apelou ao Governo para que pague os 30 milhões euros que deve, adiantando que a atual situação poderá fazer perigar de forma grave a capacidade operacional das corporações.



PSD QUER CONHECER PROTOCOLO DE REMOÇÃO DO AMIANTO



Os deputados do PSD querem conhecer o protocolo para a remoção do amianto assinado entre a Associação Municipal de Municípios Portugueses (ANMP) e os Ministérios da Educação e da Coesão Territorial. Os parlamentares apresentaram um requerimento aos dois membros do Governo para terem acesso ao documento, depois de o Primeiro-Ministro ter anunciado, esta terça-feira, na Escola Secundária da Ramada, em Odivelas, “a assinatura de um protocolo no valor de 60 milhões de euros para a remoção do amianto, assinado por Manuel Machado, presidente da Associação Municipal de Municípios Portugueses, por Tiago Brandão Rodrigues, o ministro da Educação, e por Ana Abrunhosa, ministra da Coesão”.

No texto, os deputados lembram que “após mais de cinco anos de pedidos não respondidos para que desse a conhe-

cer a lista de edifícios, instalações e equipamentos públicos com amianto, o Governo, através do Art.º 184 do Orçamento de Estado para 2020, transferiu para as entidades a responsabilidade de se candidatarem se pretenderem ser consideradas no Programa de Remoção do Amianto, destinando para o orçamento um valor total de 20 milhões de euros, apesar da estimativa de 2107 considerar um valor inicial necessário de 422 milhões de euros”.

Não obstante, em 22 de maio, o Primeiro-ministro ter prometido “um ‘Simplex SOS’ que auxilie os processos de investimento e de resposta às necessidades desta crise”, o PSD assim como as associações ambientais continuam a desconhecer “a listagem dos edifícios a intervir e a sua caracterização relativamente à prioridade da sua perigosidade”.

“Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecederem, solicitar ao Ministério da Coesão Territorial o seguinte documento: Protocolo para a remoção do amianto, assinado pela Associação Municipal de Municípios Portugueses, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Coesão Territorial”, lê-se no requerimento dos deputados social-democratas que deu entrada no Parlamento.

PSD QUER OUVIR GESTORA DO PDR2020 QUE O GOVERNO QUER AFASTAR



O grupo parlamentar do PSD solicitou a audição, no Parlamento, “com urgência” da gestora Gabriela Freitas, na sequência da notícia de que o Ministério da Agricultura pretende afastar toda a equipa de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020).

Os deputados do PSD consideram que esta decisão, embora “legítima”, suscita “dúvidas quanto à oportunidade”. “Em primeiro lugar, porque está em risco a estabilidade das respostas criada no PDR2020 em resposta à crise econó-

mica do covid-19, em segundo lugar o facto do PDR2020 se encontrar na fase final, é crucial imprimir elevado esforço técnico e experiência na sua conclusão. Por último, estando previsto a manutenção da equipa em causa até 2022, não se alcança a necessidade de alteração repentina e parece não coincidir com as orientações de estabilidade e responsabilidade financeira”, justifica o PSD.

Nesse sentido, e “face aos novos e complexos desafios que a crise económica de covid-19 veio trazer ao investimento

agrícola”, os deputados do PSD “vêm requerer com urgência a audição da Entidade Gestora do PDR2020 na Comissão de Agricultura e Mar, para prestar esclarecimentos sobre a execução do PDR2020, até junho de 2020”.

Gabriela Freitas e os adjuntos Manuela Azevedo e Silva e Hélder Bicho foram nomeados em 2016 para gerir o quadro comunitário de apoio do setor para o período de 2014 a 2020.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PSD DE CASTELO BRANCO PREOCUPADO COM “CONSTANTES ANOMALIAS” NA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ



Na sequência de mais um incidente na central nuclear de Almaraz, a distrital do PSD de Castelo Branco manifestou, dia 29, preocupação pelas “constantes anomalias” verificadas naquela central nuclear espanhola e acusa o ministro do Ambiente de ser “um espetador desatento” da situação.

“Assim, a Comissão Política Distrital do PSD de Castelo Branco entende que o Governo português deveria pressionar ativamente o Governo espanhol na próxima Cimeira Ibérica e promover, de uma vez por todas, o encerramento da central nuclear de Almaraz, assumindo verdadeiramente uma estratégia de defesa do ambiente dos territórios de baixa densidade, os principais prejudicados caso haja uma catástrofe”, afirmou, em comunicado, a distrital social-democrata.

O PSD manifesta “profunda preocupação” pelas constantes anomalias verificadas nos últimos anos na central de Almaraz e realça as duas paragens verificadas nos últimos cinco dias, cujo Conselho de Segurança Nuclear (CSN) de Espanha deu conta em comunicado.

“A falha de segurança documentada e classificada pelos critérios internacionais com o nível 0 é mais uma prova da urgente necessidade de encerramento da central nuclear de Almaraz”, sustenta o PSD local.

Os social-democratas entendem que o silêncio não tem sido a melhor solução por um problema que teima em não ser resolvido nem discutido. “Apesar dos constantes alertas, tanto da Comissão Política Distrital do PSD de Castelo Branco e da Resolução da Assembleia da República n.º 107/2016 (...), o Governo de Portugal e mais concretamente o ministro do Ambiente continua a ser um espetador desatento do desenrolar desta situação, assistindo de poltrona a todo um conjunto de incidentes que colocam as populações em constante sobressalto”, concluem.

A central nuclear de Almaraz, em Espanha, registou um incidente às 03h33 de sábado, no reator da unidade II, sem que haja registo de impactos no meio ambiente ou nos trabalhadores. O anúncio foi feito pelo Conselho de Segurança Nuclear (CSN) espanhol, através de um comunicado. Em cinco dias, este foi o segundo incidente registado na central nuclear de Almaraz, depois de, no dia 22, às 20h15 ter sido registado outro incidente. A central de Almaraz está situada junto ao rio Tejo e faz fronteira com os distritos portugueses de Castelo Branco e Portalegre, sendo Vila Velha de Ródão a primeira povoação portuguesa banhada pelo Tejo depois de o rio entrar em Portugal. Em operação desde 1981, a central está implantada numa zona de risco sísmico e apenas a 110 quilómetros em linha reta da fronteira portuguesa. Os proprietários da central de Almaraz são a Iberdrola (53%), a Endesa (36%) e a Naturgy (11%).

PSD DE MATOSINHOS CONTESTA ENCERRAMENTO CENTRO DE SAÚDE SANTA CRUZ DO BISPO



O PSD de Matosinhos contesta o encerramento do Centro de saúde de Santa Cruz do Bispo está encerrado “não por causa da pandemia, mas sim por falta de pessoal”. Em comunicado, a secção liderada por Bruno Pereira diz que aquilo que “tem sido transmitido aos utentes é de que o centro de saúde não iria reabrir para procurarem médico de família, nas freguesias de Perafita e Matosinhos”.

O PSD questiona se, “a ser verdade a notícia da construção de um novo centro de saúde, onde vai ser a instalação do mesmo” e se “vai ser efetuada a reconstrução ou requalificação do atual edifício ou já está identificado o terreno para a construção do novo centro de saúde”.

O PSD de Matosinhos visitou, em conjunto com o deputado Alberto Machado, freguesia em questão para atestar junto da população e das forças vivas da freguesia a situação.

O deputado Alberto Machado, que é vice-presidente da comissão parlamentar da saúde e presidente da distrital do PSD Porto, vai levantar a questão na Assembleia da República.

“Perante estas graves falhas e opções erróneas no SNS em Matosinhos assistimos, atónitos e surpresos, a um silêncio ensurdecedor da Câmara de Matosinhos”, critica a estrutura.

O PSD não pactua com esta situação e decisão do governo e não alinha com o silêncio comprometedor da Câmara de Matosinhos, em benefício do atual governo. O centro de saúde de Santa Cruz do Bispo foi encerrado e as respostas dadas pela ULSM não servem a nossa população!

O PSD de Matosinhos critica a transferência de utentes “para outras unidades de saúde” e lamenta que o centro de saúde de Santa Cruz do Bispo não tenha “médicos no ativo, pelo que sem médicos, não há consultas, logo não há alternativas assistenciais”. “Pelo que a ULSM está a adiar um problema sem uma solução que dê resposta às necessidades dos utentes centro de saúde de Santa Cruz do Bispo”, conclui.

ALBERTO MACHADO REELEITO PRESIDENTE DA DISTRIAL DO PORTO DO PSD



Alberto Machado foi reeleito, no sábado, 27 de junho, presidente da distrital do Porto do Partido Social Democrata, com 87,3% dos votos, tendo como principal desafio neste segundo mandato preparar as eleições autárquicas de 2021.

O deputado e presidente da Junta de Freguesia de Paranhos obteve 87,3% dos votos numa eleição em que participaram cerca de 1.900 social-democratas do distrito do Porto. Alberto Machado salientou que este resultado representa mais um voto de confiança do distrito no seu projeto político, tal como demonstra o “nível de votação” nas eleições, que decorreram numa altura em que a pandemia de covid-19 é ainda uma grande preocupação.

“Foi muito positivo para o projeto político que agora vai ter prioridade e que naturalmente terá como principal prioridade as autárquicas [de 2021]”, disse.

Alberto Machado indicou esse trabalho de articulação com as concelhias vai começar a ser feito de imediato, estando já agendada para a próxima sexta-feira uma primeira reunião para dar início ao trabalho de preparação das eleições autárquicas. “A missão da distrital é uma missão de apoio, de articulação e de orientação política, quem tem por missão depois o trabalho no terreno são cada uma das concelhias do PSD. A primeira reunião está já marcada para próxima sexta-feira, exatamente para darmos início a essa caminhada e alertarmos as Comissões Políticas Concelhias de que o partido tem um conjunto de objetivos e pretendemos que eles comecem a trabalhar desde já no terreno com o nosso apoio no sentido de pudermos atingir esses objetivos”, apontou.

No dia 18 de junho, logo após a apresentação da sua candidatura, o dirigente afirmava ter como objetivo o reforçar o peso do partido nas juntas de freguesia e câmaras municipais, sendo que o Porto “é uma prioridade absoluta”.

Alberto Machado deixou, no entanto, claro que a Câmara do Porto é para a distrital “uma prioridade absoluta, não só por ser capital de distrito, mas pela importância que têm a cidade do Porto para o PSD”.

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE MAIS FUNDOS EUROPEUS PARA A ECONOMIA PRIVADA



O Presidente do PSD/Açores defende que as empresas privadas, responsáveis por grande parte do emprego no arquipélago, devem ter acesso a mais fundos europeus, alegando “não ser razoável” que as entidades públicas absorvam cerca de 70% das verbas do atual quadro comunitário.

“É lamentável que apenas 23% dos fundos tenham sido aplicados nas empresas privadas e 7% nas entidades de caráter social. Todo o restante é absorvido pelas administrações públicas. Isso não é razoável. É preciso apostar na reorientação dos fundos comunitários para a economia privada”, afirmou José Manuel Bolieiro, no encerramento da nona edição do Congresso da Sociedade, dedicada à ilha de São Miguel.

O líder social-democrata diz que é necessário “reconfigurar” a forma como atualmente se distribuem na Região os fundos da União Europeia, atribuindo às empresas e entidades de caráter social “percentagens muito superiores” às atuais. “É precisa uma nova estratégia, reorientando mais fundos comunitários para o que gera desenvolvimento. E é a economia privada que gera grande parte do desenvolvimento e do emprego”, considerou.

José Manuel Bolieiro, enquanto candidato a Presidente do Governo Regional, acrescentou que outro dos seus compromissos é proceder a uma “redução fiscal significativa”, alegando que “mais vale desonerar o contribuinte do que subsidiá-lo”. “É preciso garantir ao contribuinte, que trabalha para criar riqueza, que não continue a ser massacrado com uma elevada carga de impostos”, sublinhou.

O Presidente do PSD/Açores propôs, por isso, a redução da taxa normal do IVA de 18% para 16% no arquipélago, “indo ao limite do que permite a Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

No encerramento de mais uma sessão do “Congresso da Sociedade”, o líder social-democrata agradeceu as refle-

xões dos oradores convidados, tendo elogiado o “brilhantismo e pensamento crítico” de todas as intervenções. A sessão teve como oradores Patrícia Santos, médica dermatologista, Luís Filipe Silveira, antigo administrador da SATA, Pilar Veríssimo Mota, coordenadora do Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores, e João Freitas, professor de ensino especial. A moderação da iniciativa ficou a cargo do jornalista Souto Gonçalves, da rádio Antena 9.

Tarifa aérea: parceiros sociais elogiam proposta reformadora do PSD

Os parceiros sociais açorianos ligados ao turismo manifestaram “concordância” com a proposta do PSD/Açores de criação de uma tarifa aérea única regional de 60 euros para residentes, revelou José Manuel Bolieiro.

O candidato a Presidente do governo regional dos Açores, que almoçou esta terça-feira, na Ribeira Grande, na Associação Agrícola de São Miguel, com os parceiros do turismo, declarou que a sua proposta visa que no transporte aéreo inter-ilhas se possa “cumprir, na íntegra, o princípio da integridade territorial”, onde “a ideia Açores não excluiu nenhuma ilha” e o fator distância “não é justificativa da diferença de preço”.

José Manuel Bolieiro referiu que, “com uma tarifa única de 60 euros, o passageiro residente escolherá a ilha de destino com base no seu interesse e não no preço”, referindo que “este é o mesmo princípio consagrado nas ligações entre os Açores e o continente”, em que é aplicado um sistema de reembolso, para os residentes no arquipélago, da diferença do bilhete comprado e o valor máximo de 134 euros, por viagem de ida e volta.

“Esta proposta mereceu, para minha satisfação, a concordância destes parceiros, que acham – deixando bem clara

esta posição – que a aposta vai para uma solução que desonere custos em vez da subsidiação”, declarou o presidente social-democrata dos Açores.

José Manuel Bolieiro considera que há suporte financeiro não apenas para o período da pandemia da covid-19 mas para, ao abrigo de uma reforma das obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, haver um modelo “capaz de gerar retorno económico”.

O líder do PSD/Açores lamentou ainda o “atraso registado” na elaboração do caderno de encargos para a revisão das obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, que “todos os parceiros consideraram indesculpável”.

José Manuel Bolieiro referiu que a proposta apresentada pelo Governo dos Açores, e que prevê a atribuição de apoios aos açorianos que pretendam passar férias noutras ilhas que não a de residência, gerou “críticas por ser excessivamente burocrática e pouco estimulante para uma procura adequada”, achando os parceiros que “vai haver uma baixa procura com esta solução”.

Para o Presidente social-democrata regional, a proposta do executivo açoriano “é mais restritiva” e a do PSD “muito mais libertadora e, provavelmente, com maior adesão das pessoas”.

Além de Jorge Rita, presidente da Associação Agrícola de São Miguel, e de Mário Fortuna, líder da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, estiveram presentes o delegado nos Açores da Associação da Hotelaria de Portugal, Fernando Neves, o delegado da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Rui Anjos, a delegada nos Açores da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, Ana Cymbron, e um representante da Associação de Turismo dos Açores, entre outros.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

n.º 1371 - 16 de Junho de 2004 - Preço 0,75 €

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Eleições Europeias



Contem comigo para as opções difíceis.
Assim o exige o interesse nacional»

Edição n.º 1371 do "Povo Livre" | de 16 de junho de 2004

"Eleições Europeias: Contem comigo para as opções difíceis. Assim o exige o interesse nacional". Durão Barroso, Presidente do PSD, reconhecia os resultados das eleições ao Parlamento Europeu.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****ALIJÓ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD Alijó, para reunir, no próximo dia 31 de julho (Sexta-feira) de 2020, pelas 18H00, na Sede do PSD de Alijó, sita na Rua Cimo de Vila, Lote 5, Esq., na Vila de Alijó, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 22H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A Sede da Secção do PSD de Alijó estará aberta para o efeito, das 22H00 às 24H00.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Lousada, para reunir no próximo dia 19 de setembro, (sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede sita na Rua do Tojeiro, 121, Vila de Lousada, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**ERRATAS DAS CONVOCATÓRIAS PARA
A ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO XXVI
CONGRESSO NACIONAL DA JSD****ALMEIDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 14h00 às 16h00**Local da Votação:** Pavilhão Multiusos de Vilar Formoso, Via Estruturante, 6355-244 Vilar Formoso

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Sede do PSD - Almeida Rua do Comércio, s/n.º Vilar Formoso.**

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 17h00 às 19h00**Local da Votação:** Sede do PSD Rua do Espírito Santo, n.º 2 R/c Dtº

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Sede do PSD Rua do Espírito Santo, n.º 2 R/c Dtº.**

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00**Local da Votação:** Largo do Rossio, n.º 35

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Largo do Rossio, n.º 35, em Porto de Mós.**

ALTER DO CHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00**Local da Votação:** Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17**

ARRONCHES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00**Local da Votação:** Rua do Ronquillo, n.º 4 7340-027 Arronches

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da

Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Rua do Ronquillo, n.º 4 7340-027 Arronches.**

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00**Local da Votação:** Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17, 7300-097

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17, 7300-097.**

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00**Local da Votação:** Rua do Ronquillo, n.º 4 7340-027 Arronches.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Rua do Ronquillo, n.º 4 7340-027 Arronches.**

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 14h00 às 16h00**Local da Votação:** Rua Frei Manuel Cardoso, n.º 39, 7460-144 Fronteira

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Rua Frei Manuel Cardoso, n.º 39, 7460-144 Fronteira.**

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00**Local da Votação:** Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17, 7300-097.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17, 7300-097.**

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 15h00 às 18h00**Local da Votação:** Sede do PSD, R. dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Sede do PSD, R. dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17**

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 04 de Julho de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 14h00 às 16h00**Local da Votação:** Sede do PSD, Rua 1.º de Maio, n.º 33

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: **Sede do PSD, Rua 1.º de Maio, n.º 33, 4730-734 Vila Verde** ou através endereço electrónico: **joacglopezotmail.com**

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário Concelhio da JSD Águeda, para reunir no próximo dia 1 de Agosto de 2020, na Sede Concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, n.º 13, pelas 14h30m, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Águeda.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no mesmo local supra citado. As urnas estarão abertas das 14h30m e as 18h30m.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 1 de Agosto (sábado), pelas 15 horas, na Sede do Centro Cultural de Currelos, sita na Av. Dr. José Antunes Vaz Sousa, n.º 7 em Casal da Torre Currelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota: As listas candidatas devem ser entregues ao Preidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Alexandre Braga, n.º 59. As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos estatutos da JSD, todos os militantes da secção da JSD Ponte da Barca, dotados com capacidade eleitoral activa, para reunir em assembleia no dia 8 de Agosto de 2020, pelas 10:00h, na Sede do Partido Social Democrata de Ponte da Barca, sita na Praça Dr. António Lacerda, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção da JSD Ponte da Barca;
2 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Ponte da Barca.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 10h00 e as 13h00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede Concelhia da JSD.

ERRATA
VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Vila Real para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 18 de Julho de 2020, pelas 14h00, na Sede do PSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista, n.º 11 - 1.º, 5000-641 Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Vila Real.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado à Presidente de Mesa do Congresso, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no mesmo local do Plenário Concelhio.

As urnas estarão abertas entre as 14h00m às 16 horas.

ERRATA

RATEIO DE DELEGADOS

V CONGRESSO

Auditório Municipal de Santa Marta de Penaguião

| CONCELHIA | 1 DELEGADO POR 15 MILITANTES (1) | RATEIO | TOTAL DELEGADOS (2) |
|--------------------------|----------------------------------|--------|---------------------|
| Alijó | 1 | 1 | 2 |
| Boticas | 1 | 2 | 3 |
| Chaves | 1 | 13 | 14 |
| Mondim de Basto | 1 | 0 | 1 |
| Montalegre | 0 | 0 | 0 |
| Murça | 1 | 1 | 2 |
| Peso da Régua | 1 | 4 | 5 |
| Ribeira de Pena | 1 | 0 | 1 |
| Sabrosa | 1 | 1 | 2 |
| Santa Marta de Penaguião | 1 | 1 | 2 |
| Valpaços | 1 | 1 | 2 |
| Vila Pouca de Aguiar | 1 | 3 | 4 |
| Vila Real | 1 | 12 | 12 |
| Total | | | 50 |

¹ É atribuído um delegado a cada concelhia com um mínimo de 15 militantes, sendo somente os restantes distribuídos por rateio proporcional, através do método da média mais alta de Hondt, de acordo com a al. c) do art.º 27.º do Regulamento dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD.

² Aos quais acrescem os membros com direito a voto mencionados no art.º 27.º do Regulamento dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD.